

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 108

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Pupprio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE AGOSTO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OF/CTL/SEEG Nº 135/2000

Curitiba, 22 de agosto de 2000.

Senhor Presidente.

Tenho a hora de vir à presença de Vossa Excelência para comunicar a essa augusta Casa de Leis que, con-

forme autorização concedida através do Decreto-Legislativo nº 005/2000, de 21 de março de 2000, afastar-me-ei do País, nos próximos dias 22 e 23, com destino à Argentina, a fim de, em Rozário, Província de Santa Fé, participar, como expositor, do “II Pré-Colóquio 2000” no “Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina - IDEA”, ocasião em que serão, também, tratados assuntos ligados ao Mercosul.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1551

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido do douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 385/99, de autoria do deputado Anibal Khury, que altera a redação do caput do art. 3º, da Lei nº 10.247, de 12 de janeiro de 1993.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1554

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, regime de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 231/2000, que “Extingue o Redutor Salarial dos Funcionários da Receita Estadual do Paraná, altera a redação do art. 7º, da Lei Estadual nº 11.071/95”.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

No Estado do Paraná existe a aplicação, na folha de pagamento dos agentes fiscais, do chamado “redução salarial”, “teto máximo” instituído pela Lei Estadual nº 9.150/89 e suas posteriores alterações, recebendo nova feição pela Lei 11.071/95.

A análise destes diplomas legais autoriza afirmar que, a partir da edição da Emenda Constitucional nº 19/98, não pode vigorar o teto estabelecido pela Lei 11.075/95, uma vez que a ordem trazida pela nova emenda.

Este é o objetivo do presente requerimento, que, aprovado pelos senhores Pares desta Casa de Leis, pretende sensibilizar o governo do Estado para o direito líquido e certo dos agentes fiscais do Estado, em receberem seus salários integralmente, sem sofrer qualquer redução.

REQUERIMENTO Nº 1558

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido do douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Resolução nº 15/2000, da Comissão de Tomada de Contas, que dispõe sobre a aprovação da prestação de contas do relatório de gestão do serviço autônomo Paranacidade, exercício de 1999.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1555

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja adiado por cinco (05) sessões, o Projeto de Lei 324/99, que altera a redação do art. 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(aa) HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Nereu Moura.

REQUERIMENTO Nº 1553

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matéria aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1547

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestões do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 271/99 e 115/99, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

“OFÍCIO Nº 001/2000

Curitiba, 21 de agosto de 2000.

Senhor Presidente.

Em atendimento ao disposto no artigo 121, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, informo a Vossa Excelência que foi encontrada similitude entre o Projeto de Lei nº 115/99 e o Projeto de Lei nº 271/99, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a alterar o artigo 6º, § 3º da Lei nº 11.066, que cria e

extingue cargos de provimento em comissão e adota outras providências.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(aa) DELORA F. DO AMARAL CARVALHO

Responsável pelo Setor

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

REQUERIMENTO Nº 1548

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestões do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 111/99 e 208/99, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

“OFÍCIO Nº 003/2000

Curitiba, 21 de agosto de 2000.

Senhor Presidente.

Em atendimento ao disposto no artigo 121, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, informo a Vossa Excelência que foi encontrada similitude entre o Projeto de Lei nº 129/2000 e o Projeto de Lei nº 176/2000, que tem por objetivo alterar a redação do artigo 2º da Lei nº 11.182, de 23 de outubro de 1995.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(aa) DELORA F. DO AMARAL CARVALHO

Responsável pelo Setor

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo

REQUERIMENTO Nº 1549

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei de nºs 111/99 e 208/99, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

“OFÍCIO Nº 002/2000

Curitiba, 21 de agosto de 2000.

Senhor Presidente.

Em atendimento ao disposto no artigo 121, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, informo a Vossa Excelência que foi encontrada similitude entre o Projeto de Lei nº 111/99 e o Projeto de Lei nº 208/99, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a conceder

gratificações ao magistério paranaense, conforme especifica.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(aa) DELORA F. DO AMARAL CARVALHO

Responsável pelo Setor

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo”

REQUERIMENTO Nº 1550

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com base no disposto no artigo 121 do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a anexação dos Projetos de Lei nºs 135/99, 170/2000 e 253/2000, tendo em vista tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) NELSON JUSTUS

“OFÍCIO Nº 004/2000

Curitiba, 22 de agosto de 2000.

Senhor Presidente.

Em atendimento ao disposto no art. 121, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, informo a Vossa Excelência que foi encontrada similitude entre o Projeto de Lei nº 135/99, 244/99, 170/2000 e o Projeto de Lei nº 253/2000, que tem por objetivo a isenção de pagamento da taxa de pedágio para veículos que especifica.

Na oportunidade apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(aa) CRISTIANE DA CRUZ BUZATO

Responsável pelo Setor

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Diretor Legislativo”

REQUERIMENTO Nº 1552

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de votos de congratulação ao Ministério da Educação - MEC pela suspensão de 19 instituições estrangeiras que ofereciam cursos de pós-graduação de baixa qualidade no país, elevando, dessa forma, o padrão de ensino oferecido à população brasileira.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo senhor ministro, Paulo Renato Souza, através de correspondência a ser encaminhada à Esplanada dos Ministérios, Bloco L CEP 70047-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1556

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato dos Bancários de Maringá e Região, alusivos a eleição da nossa diretoria, que ocorreu no último dia 2 de agosto.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente senhor José Marco Barbizan, através de correspondência a ser encaminhada a Travessa Guilherme de Almeida, nº 36, 1º andar, sala 101, CEP 87013-922, município de Maringá - Paraná.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1557

Senhor Presidente.

O deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao delegado Geral de Polícia Civil do Estado do Paraná, Leonyl Ribeiro e ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, solicitando providências quanto a falta de viaturas na Polícia Civil de Ponta Grossa.

O delegado chefe da 13ª SDP, Noel Muchiski da Motta, estuda plano emergencial para evitar que os trabalhos da Delegacia do Adolescente fiquem estagnados. As investigações e entrega de intimações foram suspensas pela inexistência de viatura. A caótica situação pode dar prejuízo às atividades. O veículo Elba, que pertencia a Delegacia do Adolescente, foi recolhido pelo Setor de Transporte e Manutenção do Departamento de Polícia Civil do Paraná. Segundo a Delegada Cláudia Kruger, a determinação partiu da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que deverá, agora, repassá-lo para outra unidade de algum outro município.

Uma outra viatura da 43ª Delegacia Regional de Castro também foi recolhida e terá o mesmo destino.

Outros dois veículos da 13ª SDP - uma Parati que estava no cadeia e um Chevette que por muito tempo serviu a Delegacia da Mulher e depois a Subdelegacia de Guaragi, parados por falta de manutenção, serão “confiscados” pelo STM. A frota da delegacia, que deveria crescer, está encolhendo gradativamente.

Noel Muchinski da Motta determinou que o Pointer, do Setor Operacional passe a servir a Delegacia do Adolescente. Essa alternativa, contudo, pode causar mais transtornos já que esse veículo está sendo dividido pela superintendência e pelo delegado Mário Machado, da Antitóxicos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à Noel Muchinski da Motta, Delegado Chefe da 13ª Subdivisão Policial, na Avenida João

Manoel dos Santos Ribas, 677 - Ponta Grossa-PR-CEP 84051-410.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 268/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declara de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, fundada no ano de 1994, tem por finalidade criar condições de participação e promoção das mulheres moradoras do Patrimônio Selva, Colônia Coroados e Colônia Portuguesa, na cidade de Londrina/PR.

Essa Associação também atua no sentido de estudar e identificar os problemas comuns que envolvem as mulheres, as crianças, adolescentes e seus familiares, procurando encontrar alternativas de ação que visem a melhoria da qualidade das condições de vida das pessoas atingidas nesse trabalho social, buscando a integração junto aos demais grupos comunitários, para que as soluções encontradas sejam implementadas de forma conjunta.

Desde o início das respectivas atividades, a Associação de Mulheres do Patrimônio Selva, vem realizando importante trabalho para a comunidade londrinense, motivo pelo qual tem-se a certeza de contar com o apoio desta Assembléia Legislativa para a declaração de utilidade pública da entidade.

PROJETO DE LEI Nº 269/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar as Farmácias Populares no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2º - Entende-se por Farmácia Popular o estabelecimento farmacêutico que comercializa diretamente ao consumidor, na forma do varejo, medicamentos genéricos, com preços tabelados e margem de comercialização preestabelecida.

Art. 3º - A Farmácia Popular deve atender a todas as exigências legais para o funcionamento das farmácias, obrigando-se a manter profissional farmacêutico durante todo o horário de atendimento.

Art. 4º - Os estabelecimentos devem estar localizados nas áreas de grande concentração populacional e de acordo com o Sistema Único de Saúde.

Art. 5º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, elaborará e atualizará as listas de medicamentos essenciais, atendendo as necessidades sanitárias da população. Cabe a Secretaria de Estado da Saúde, expedir normas disciplinares e mecanismos de fiscalização.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JJUSTIFICATIVA:

A saúde é um direito garantido constitucionalmente e irrenunciável. Todavia, os altos custos dos medicamentos, diversas vezes abusivos vêm de há muito tempo restringindo essa garantia.

Comprovado mundialmente, nas despesas com os tratamentos médicos, a aquisição de medicamentos é que causa maior dispêndio financeiro. Isto é devido à tendência de aumento com o avanço da idade e sua característica de inevitabilidade e perenidade por toda a existência das pessoas.

Desta forma, o Poder Legislativo, com a sua função constitucional de suprir o arcabouço legal de nosso Estado, deve interferir nesta questão. Sem abdicar das responsabilidades no que tange à saúde pública, temos de contornar a escassez de recursos com criatividade e obstinação, buscando unir todas as forças para o grande desafio do abastecimento pleno dos medicamentos, para atender a população mais carente e que sem sombra de dúvidas passa por sérias dificuldades.

Diante do exposto, esperamos contar com apoio dos nobres Pares nesta augusta Casa de leis.

PROJETO DE LEI Nº 270/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam proibidos a comercialização de qualquer tipo de produto com formulação de elementos transgênicos.

Art. 2º - A responsabilidade na comercialização será indicada como crime contra o consumidor, com aspecto do código penal.

Art. 3º - Fica responsável a Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária no Estado do Paraná, da análise e indicação dos laboratórios que analisarão, sob qualquer dúvida se existe ou não formulação transgênica sobre esses produtos.

Art. 4º - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, por falta de tecnologia suficiente e de empenho sobre a divulgação de quais produtos tem na sua formulação origem transgênica (mudança genética).

Até o momento a comunidade internacional não indicou quais são os efeitos colaterais que os produtos transgênicos oferecem ao ser humano e aos animais, com aumento desta produção de elementos transgênicos centenas de outras dúvidas estão sendo geradas e não resolvidas.

Na defesa do bem estar dos paranaenses, até que tenhamos uma solução e uma informação mais consistente sobre o efeito destes produtos faz-se necessária a proibição da comercialização dos mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 271/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado, a anistia dos convênios firmados entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná, para a produção de mudas de café, visando intensificar o plantio em nosso Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei, visa favorecer aos municípios, que firmarem convênios junto a SEAB, para produção de mudas de café, e que infelizmente não estão conseguindo cumprir as metas estabelecidas nos referidos convênios, em virtude de condições técnicas e físicas exigidas pela SEAB.

Salientamos ainda, que, além do acima descrito, os recentes fenômenos climáticos (caso específico das geadas), que atingiram nosso Estado, provocando perda total das mudas, ainda nos viveiros, causaram grandes prejuízos aos municípios. E também, grandes danos a lavoura de café, cuja produção estimada era cerca 2,9 milhões de sacas, e, conforme levantamento de órgãos especializados, a perda foi de 2,2 milhões de sacas. Acarretando assim, além do prejuízo financeiro, o agravamento do quadro social, visto que, o café é responsável

por mais de 200 mil empregos, fixos e temporários em todo o Estado.

A urgência na produção de mudas de café, visando intensificar o replantio, esbarra na falta de recurso do produtor. Daí a necessidade da Anistia dos Convênios, uma vez que as prefeituras exercem papel fundamental na produção e distribuição das mudas, proporcionando assim meios de manter o trabalhador no campo, evitando desta forma o êxodo rural, o que acarretará, grandes problemas sociais aos municípios.

PROJETO DE LEI Nº 272/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Instituição Movimento Recriança, com sede e foro no distrito de Bateias, município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Instituição Movimento Recriança, com sede e foro no distrito de Bateias, município de Campo Largo, Estado do Paraná, está localizada na Estrada do Cerne - Km 31, s/nº.

É uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e tem como objetivo desenvolver ações que concorram para o atendimento simultâneo de adultos e crianças carentes.

Presidente, colaboradores e participantes daquela instituição prestam relevantes serviços a comunidade carente, através de ações cívicas, educativas, culturais e morais, promovendo palestras e reuniões.

Proporcionam total apoio às famílias, através de cursos de semi-qualificação profissional, atividades físicas, recreativas, musicais e uma das maiores preocupações do Movimento Recriança é a prevenção à gravidez na adolescência; para isto contam com médicos voluntários como grandes aliados neste importante programa e demais necessidades na área de saúde.

Tendo em vista os motivos citados, contamos com o apoio dos senhores deputados para a aprovação da proposição ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente e senhores deputados.

Logo depois das geadas que assolaram principalmente o Norte do Estado do Paraná, estivemos aqui pre-

sententes e falávamos exatamente da preocupação nossa de um programa, não só do governo do Estado, mas do governo Federal, para tratar das conseqüências que a geada iria trazer, principalmente na questão da mão-de-obra no Norte do Estado.

Neste final de semana, os presidentes da Associação dos Municípios do Norte do Paraná e da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, estiveram reunidos e de lá tiraram uma “Carta do Norte do Paraná”, que será entregue daqui a pouco ao governador Jaime Lerner, ao secretário da Agricultura e aos deputados Estaduais, a Assembléia deve ter recebido - os deputados Federais receberão. Queria deixar aqui consignado, até vou fazer questão de ler aqui este documento denominado “Carta do Norte do Paraná”, exatamente para não passar em branco a preocupação dessas regiões com relação a questão da conseqüência que a geada está trazendo para lá.

(Lê):

“Carta do Norte do Paraná

À

Dr. Jaime Lerner - DD. governador do Estado do Paraná.

Dr. Antônio Leonel Polini - DD. Secretário da Agricultura e Abastecimento do Paraná.

DD. senadores do Estado do Paraná

DD. deputados federais do Paraná

DD. deputados estaduais do Paraná

Curitiba - PR

Os presidentes da Amunop - Associação dos Municípios do Norte do Paraná, representando 21 municípios e da Amunorpi - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, representando 29 municípios; bem como inúmeros prefeitos de ambas as Associações; juntamente com o senhor Wilson Baggio e Floriano Leite Ribeiro, presidente e vice-presidente do Sindicato Rural desta cidade; doutor Arnaldo Marty Júnior, presidente da Sociedade Rural do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desta cidade; Luís Mitsuo Itimura, representante da fruticultura regional; Jonatan Vilela da Silva, representante da Seab, reunidos em 18/08/2000, às 14 horas, no auditório da 18ª Regional de Saúde, em Cornélio Procópio, discutiram longamente procedimentos a serem tomados junto as autoridades competentes estaduais, no que concerne as reivindicações para recuperação da agropecuária dessas regiões, tendo em vista os graves danos ocasionados, pelas geadas de 13 a 17/07, a toda agropecuária, não só regional como de todo o Estado do Paraná, em especial a região norte, ocasião em que foi amplamente debatida a oportunidade de ser declarada toda essa região estado de calamidade pública ou situação de emergência.

Os representantes de Classe presentes, ressaltaram os graves problemas que toda agropecuária vive após os incidentes climáticos de seca e geadas, a que todas as culturas e pecuárias foram submetidas, cujos prejuízos diretos amplamente divulgados ultrapassaram R\$1,1 bilhão, sendo os maiores prejuízos com o café R\$320 milhões;

milho safrinha R\$320 milhões; trigo R\$123 milhões; cana-de-açúcar R\$40 milhões, embora as perdas para todo o agronegócio deva ultrapassar R\$3 bilhões.

Os representantes de Classe ressaltaram ainda que a 27/07 a Seab, juntamente com a Faep e a Ocepar, de posse dos prejuízos ocasionados pelas geadas, propuseram medidas de apoio à agricultura paranaense, detalhando as diversas atividades agrícolas e pecuárias, inclusive mensurando para cada setor o referido prejuízo acima citado de R\$1,1 bilhão.

A Faep em 04/08 já emitia comunicado informando que as medidas de apoio do governo federal aos produtores rurais do Paraná atingidos pelas geadas foram parciais e não atendiam as necessidades, conforme solicitação feita pelo governo do Estado em conjunto com as entidades representativas dos produtores.

O governo federal atendeu a itens cujas soluções já estão previstas pela legislação ou pela disponibilidade de recursos normais, como é o caso da renegociação dos débitos de custeio sem seguro, conforme estabelece o Manual de Crédito Rural e dos recursos destinados à próxima safra de verão, incluindo o custeio pecuário e outros.

O problema maior, contudo, ficou pendente. Trata-se dos recursos para financiamento de emergência aos produtores rurais que não tiveram financiamento oficial, mas que se endividaram junto a fornecedores ou utilizaram recursos próprios e que, por terem perdido a safra não têm renda para saldar seus débitos, estando sujeitos a perderem o crédito e sem fundos para a safra de verão.

Outras questões cruciais também não atendidas pelo governo federal, a saber:

a) Recursos para recuperar o setor cafeeiro.

b) Recursos a preços compatíveis para recuperar parte do setor canavieiro.

c) Recursos para compor o Fundo de Aval para atender pequenos e mini produtores;

d) Destinação de recursos para o Fundo de Estabilidade de Seguro Rural, para viabilizar o Proagro e as seguradoras e reduzir o prêmio do seguro rural.

É necessário portanto, que o governo do Estado, a Assembléia Legislativa e a Bancada do Paraná no Congresso Nacional e o setor agropecuário continuem insistindo para que essas reivindicações sejam atendidas, porque são fundamentais para recuperação da agropecuária e para evitar o problema social do desemprego e do êxodo rural.

Só referente as perdas da cafeicultura, adiciona-se a redução de emprego, pois essa atividade emprega cerca de 83 mil trabalhadores fixos durante 365 dias, e mais 130 mil empregos temporários no período de colheita (abril-setembro), totalizando 213 mil trabalhadores rurais.

A cafeicultura do Paraná está localizada em 200 municípios, ocupando uma área de 162;000 hectares, distribuídos em 18.914 propriedades rurais com predomínio de pequenos cafeicultores, com área média com café de

8,5 hectares. Lembrar que essa cafeicultura, nas décadas de 60 e 70 constituía-se no maior maciço contínuo de café que o mundo já conheceu e participava com 50% da produção nacional, teve sua área reduzida drasticamente nos anos 80 e atingiu área mínima em 1993.

Naquele ano teve início um projeto de renovação com base no modelo tecnológico do café adensado, mais intensivo, eficiente e adaptado as condições regionais e de estrutura de propriedades rurais. Com uma área de apenas 28 mil hectares em produção nesse modelo (47 mil hectares implantados com essa tecnologia) está contribuindo com 40% da produção de café paranaense, na safra atual.

A tudo isso a de se acrescentar os atuais baixíssimos preços do mercado de café, o pior dos últimos 10 anos.

Os senhores prefeitos presentes, falando cada um por sua vez, entenderam que para os atuais incidentes climáticos - seca e geadas - não cabe ainda a decretação do estado de calamidade pública, mas resolveram em conjunto decretarem estado de emergência, levando essas considerações, no próximo dia 22/08 ao governo do Estado e aos deputados estaduais.

Definido também, caso não sejam atendidos pelo governo estadual ou federal, os pedidos acima mencionados, decretarão estado de calamidade, face aos múltiplos problemas já acima também referidos.

Por estarem todos de acordo, os presidentes das Associações dos Municípios assinam a presente Carta do Norte do Paraná.”

Este documento está sendo entregue hoje ao governador e exatamente da forma como colocamos aqui, logo depois das geadas no Paraná. Os prefeitos reunidos vão decretar o estado de calamidade porque já, agora, com o sol, as queimadas, a falta de opção de trabalho e precisam, urgentemente, que o governo tenha um programa para salvar essa mão de obra. Porque pior do que agora, vai ser no ano que vem, que não vamos ter safra e aí o trabalhador rural não vai ter a condição de poder se manter no campo e o êxodo fatalmente vai acontecer e o governo deve estar preparado para isso.

Com aparte o deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Leônidas, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz na Casa, trazendo à reflexão de todos nós - mais uma vez - o problema da cafeicultura paranaense, dos produtores rurais de um modo geral. devo salientar a este Plenário que tenho recebido de eminentes cafeicultores do nosso Estado - como o caso do senhor Wilson Baggio, que é uma das lideranças mais expressivas da cafeicultura não só do Paraná mas do Brasil. E recebi no dia de hoje, do senhor Irineu Farias - presidente do Sindicato Rural de Grandes Rios, uma série de documentos, manifestações, artigos escritos por pessoas que entendem da cafeicultura no nosso Estado. E é lamentável que tenhamos que vir a este

Plenário, como fizemos em semanas anteriores, que tenhamos que ir a Brasília - como fomos representando esta Casa junto com o deputado Divanir Braz Palma e o deputado Miltinho Puppio - representando os 54 deputados, para nos reunirmos com deputados federais, com senadores e pressionarmos o governo federal.

É lamentável que tenham que fazer caravanas de prefeitos e lideranças sindicais, cooperativas, associativas para pressionar o governo do Estado. Porque, afinal de contas, todos temos consciência e temos certeza que o governador haverá de ter essa consciência - também o presidente da República - de que no Estado do Paraná, sem sombra de dúvida, a agricultura é fundamental. A cafeicultura é da maior importância, porque nesse período em que não tivemos geadas e que a cafeicultura teve uma produção respeitável, contribuiu em muito na formação do Produto Interno Bruto do Estado do Paraná. Ela somou realmente divisas para o País na exportação e tem demonstrado - e o deputado Hermas Brandão sempre tem conversado conosco a respeito disso - que a cafeicultura do Paraná não é uma cafeicultura - que o café produzido no Paraná não é um café - de qualidade inferior como alguns ousam afirmar. E somos sabedores que o café produzido, por exemplo, no município de Ribeirão Claro pela família Ferroni, é um café que é exportado para o Canadá, para os Estados Unidos com qualidade realmente superior ao café produzido em Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e agora Bahia.

Portanto, cumprimento Vossa Excelência, espero realmente que este documento que Vossa Excelência traz ao conhecimento do Plenário, ecoe para fora destas paredes do Legislativo do Paraná, que possa sensibilizar o governo do Estado, que possa ajudar na sensibilização do governo federal. Porque nós, já há pelo menos 30 dias, quando nos manifestamos a respeito das geadas no Estado do Paraná, já, naquela oportunidade, afirmávamos que o Paraná, que o Estado do Paraná, que o governo do Paraná deveria ter decretado o estado de emergência ou até mesmo de calamidade pública. Porque as perdas que tivemos agora e as perdas que vamos ter daqui para frente em função das geadas, são perdas que, sem sombra de dúvida, levarão o Paraná a uma situação de calamidade pública.

Por isso apoio e me manifesto favoravelmente ao seu pronunciamento, porque ele só faz com que todos nós - mais uma vez, possamos refletir em cima da terrível desgraça que caiu sobre o Estado do Paraná, que foram as geadas do mês de julho, que, sem sombra de dúvida, criaram e criarão transtornos terríveis na área do emprego, na área de geração de riqueza, na área da geração de impostos no Estado do Paraná.

Parabéns pelo pronunciamento. E esse documento tem a nossa solidariedade, o nosso apoio como presidente do bloco agropecuário da Assembléia.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço, deputado Orlando Pessuti.

E quero dizer a Vossa Excelência que esta carta, denominada “Carta do Norte do Paraná”, longe de ser uma carta, é realmente um apelo. E esse apelo vem muito mais até para aquele agricultor que se auto financiava e que agora não tem como pagar o fornecedor, que também está com a sua situação difícil. E acho, lamento, aqui, profundamente que nós, do Estado do Paraná, que temos aqui definido, principalmente, um estado com vocação eminentemente agrícola, temos que viver num País como o nosso, que não tem ainda uma política agrícola devidamente definida para um País que produz.

Concedo um aparte ao deputado Divanir Braz Palma.

O Sr. Divanir Braz Palma

Nobre deputado Moysés Leônidas, ouvi com atenção o seu pronunciamento e achei que deveria também citar alguns números que, porventura, poderão enriquecer mais esta carta de apoio, como Vossa Excelência bem classificou esse documento, às autoridades de Brasília. Como disse o nobre e batalhador, deputado Orlando Pessuti, estivemos em Brasília e, em uma reunião com deputados federais, vimos a preocupação da Bancada Federal com relação ao Paraná.

Agora, não é suficiente. A Bancada Estadual mandou assinada pelo presidente, uma carta-assinada pela maioria dos deputados desta Casa pedindo ao presidente da República que olhasse com rapidez e deixasse de lado os entraves burocráticos, e liberasse os recursos para a nossa agricultura, porque como disse Vossa Excelência, praticamente estamos num estado de pré-calamidade.

E veja Vossa Excelência como podemos responder ao governo federal, podemos achar, já temos a fórmula em mãos para conseguirmos os recursos que o governo federal insiste em dizer que não dispõe. Temos, nobre deputado Moysés, estocados nos armazéns do ex-IBC, nos armazéns de Astorga, 236 mil sacas de café, estou falando em redondo, tem uns quebrados aqui em Jandaia do Sul temos no armazém 01, 390 mil sacas; no armazém 02, 245 mil sacas; em Luanda, terra do meu querido Accorsi- 321 mil sacas de café em Mandaguaçu, 247 mil em Maringá; são 03 armazéns: 503 mil em 01, 403 mil em outro e 6338 mil sacas em outro, perfazendo só em Maringá, um milhão e meio de sacas. Temos em Paranavaí mais 277 mil sacas de café; em Umuarama mais 287 sacas.

Nobre deputado Leônidas, esse café está depositado nesses armazéns desde 1981, e até os entendidos dizem que questionam a qualidade desse café, que está lá há 20 anos, apodrecendo.

Para Vossa Excelência ter uma idéia, temos hoje 635 mil, com mais um milhão e meio, são dois milhões e cem, com mais 500, são quase 3 milhões de sacas de café depositadas nos armazéns do Paraná, no norte do Paraná.

Se fizermos uma continha, nobre deputado, que uma saca de café custa em torno de 180, 200 reais, tere-

mos aí um recurso rápido de 600 milhões de reais que o governo poderia disponibilizar desse estoque e injetar dinheiro na recuperação da cafeicultura do nosso Estado, que já vinha viabilizando a pequena propriedade rural, criando um horizonte muito benéfico e próspero para quem gosta, para quem entende do café, que é o que acontece com a maioria da nossa população do interior, principalmente da região noroeste do Paraná, de onde Vossa Excelência tem o seu eleitorado.

Então, se Vossa Excelência, quiser essa documentação está a sua disposição, porque o governo não pode ignorar a falta de recursos, pode sim, a falta de boa-vontade que eu acredito que não seja, porque dinheiro tem e este café está lá. E, este café está gerando uma despesa mensal muito grande para a manutenção dos armazéns que precisam ter guarda, conservação e muito mais.

Então, está aqui nosso registro desta fortuna acumulada, parada há vinte anos nos armazéns estragando o café e nós, sem recursos para salvar o café que está sendo plantado agora.

No mínimo uma ironia.

Muito obrigado.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Moysés Leônidas, quero me somar a seu pronunciamento. Ele é muito importante até porque os reflexos da economia do Paraná, não vão ser sentidos neste momento e sim daqui para frente quando serão mais agudos porque só na região Norte tivemos um prejuízo direto nas culturas de milho, café, feijão, alfaça e ortifrutigranjeiros, da ordem de 529 milhões. Somados mais quinhentos e poucos milhões no resto do Estado, teremos um prejuízo total de mais de um bilhão de reais. Se cada real aplicado na agricultura gera outros 5 na atividade econômica, na cadeia econômica, teremos um prejuízo do PIB paranaense na ordem de 6 bilhões de reais.

Isto, sem dúvida, vai gerar desemprego, imigrações para os centros urbanos, se transformar em dificuldades para a vida do paranaense.

Não tenha dúvida que precisamos ter uma iniciativa. O líder do Governo, somado ao presidente Nelson Justus, o deputado Hermas Brandão que já foi secretário, provocaram um encontro onde esteve presente o secretário da Agricultura, senhor Poloni e estamos aguardando que o governo possa colocar os 17 milhões solicitando naquela oportunidade e que também o governo federal cumpra sua parcela, até porque o Paraná é um grande contribuinte da balança de pagamento, da geração da riqueza nacional.

E quero, neste momento, fazer uma pequena colocação em relação a afirmação do deputado Divanir Braz Palma: Hoje a saca de café está em torno de 117 reais. Depois mesmo da geadas ocorrida no Estado do Paraná e que foi até a região produtora de Minas Gerais, o preço da saca de café internacional ao invés de reagir teve queda. Tanto é que o Brasil deixou de faturar em expor-

tação nestes meses, para fazer a contenção da super-oferta e reter os preços, ele está perdendo um bilhão e seiscentos só na balança no item café para que possamos provocar no mercado externo o valor do café.

Esta talvez seja uma das razões, deputado Divanir que o governo não coloque o café. Porque a partir do momento em que ele colocar o café iremos derrubar mais ainda o preço da saca de café que hoje está em torno de 117 reais. É um preço aviltante em função do custo de produção e sobretudo também em função da sua escassez nas safras futuras.

Muito obrigado!

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Acho até, deputado José Maria, que não podemos aqui deixar passar que hoje o café sofre o menor preço dos últimos dez anos.

Concedo aparte ao deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Gostaria de perguntar ao deputado Divanir Braz Palma, a Vossa Excelência e ao deputado José Maria porque não entendo o que acontece neste País.

Vossa Excelência deu uma série de números e talvez tenha esquecido de Londrina porque muito café está apodrecendo nos antigos armazens do IBC em Londrina. E, um dos diretores do IBC em Londrina na época era meu cunhado, já falecido, e ficava aborrecido de ver tanto café apodrecendo. Então perguntaria aos senhores o que está acontecendo. Porque este café está apodrecendo, se ele poderia gerar riquezas, ele poderia gerar dinheiro, “cash” deputado José Maria. Este café poderia gerar riquezas para nossa própria agricultura. Então, fico apavado. O deputado Divanir me dá uma relação escandalosa de um café que já deve estar apodrecido, abandonado. Então, que País é este? Para onde nós estamos caminhando? Não estou aqui querendo ofender, entenda, por favor! Não estou querendo ofender porque isto não é da época, agora. Isto já vem de antigamente, da época de outros presidentes da República. Por que isto, deputado Moysés Leônidas?

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Agradeço o deputado Alborghetti e quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: até aonde a nossa consciência comum chega, o Brasil tem problema de armazenamento, mas existe um grande negócio por trás disto, que é manter pagando seguro, transporte. Me lembro da antiga Conab (sic), da antiga diretoria da Conab (sic), que desde a época do governo Figueiredo vinha-se falando e comentando coisas absurdas neste sentido.

Mas, queria, senhor presidente, para encerrar, dizer a Vossa Excelência e aos senhores deputados que lamentavelmente o Paraná que está vivendo um grande momento com este processo de industrialização, lamentavelmente o Estado do Paraná, que tem-se despontado no “ranking” na indústria automobilística, vem acontecer

agora esta geada. Agora, nós estamos acostumados com adversidades e com geadas. Nós já passamos por diversas geadas, nesta fase contemporânea nossa. E o Paraná, mesmo assim continuou sendo. Que nós não percamos a condição de sermos um Estado industrializado, mas que nós, também, e isto não vai acontecer da minha parte, em especial, como deputado e representante do norte do Paraná, esquecermos nossas origens de que lá no norte nós somos uma região que produz e que vive, exclusivamente, da agricultura.

Quero, então, senhor presidente, dizer que esta Carta, denominada Carta do Norte do Paraná é quase que uma súplica, semelhante à súplica cearense, de uma situação de calamidade por falta de planejamento do governo Federal, quiçá também dos governos que passaram no Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PL, PST, PFL, PDT, PT, PTB.

(Declinam)

No horário destinado à Liderança do PMDB, concedemos a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Nós, da Oposição, não fomos hoje à reunião agendada pelo deputado Valdir Rossoni com o secretário da Fazenda porque, senhor presidente, entendíamos e entendemos que é uma falta de respeito para com esta Assembléia o secretário da Fazenda não vir aqui prestar informações, a um Poder, a uma instituição. Porque os deputados do Paraná, eleitos pelo povo para serem representantes teriam que ir à Secretaria da Fazenda para ouvir as explicações do secretário da Fazenda, senhor Giovani Gionédís, ao invés dele cumprir seu papel e seu dever de vir a esta Casa prestar os esclarecimentos devidos, que o povo do Paraná exige, em relação a esta nebulosa transação envolvendo o Banco do Estado do Paraná.

O secretário da Fazenda, senhor presidente, na verdade não tem muito o que se explicar, porque o fato dele ter mandado ofício às instituições financeiras no dia 29 de setembro de 99 dizendo que o Paraná, o Estado do Paraná se responsabilizaria pela permanência das contas do governo por durante cinco anos na instituição que viesse a adquirir o Banco do Estado do Paraná já é por si só um ato grave, um ato gravíssimo porque é uma usurpação de poder. Não tinha o secretário Giovani Gionédís o direito ou a legitimidade para mandar este expediente aos bancos que pretendiam comprar o Banco do Estado. Agora um ano após busca o governo do Paraná regularizar este crime este erro praticado pelo Secretário da Fazenda e o presidente do Banestado, senhor Reinhold Stephanes.

Por isso, senhor presidente, o Secretário da Fazenda não tem autoridade para convocar este Parla-

mento para se dirigir ao seu lugar de trabalho. Ele sim é que deveria vir aqui prestar contas ao povo do Paraná por sua infeliz gestão financeira do nosso Estado. Fomos contra a venda do Banestado. Nós, desde o primeiro instante, colocamos claramente aqui nesta tribuna a nossa posição contrária a liquidação do Banco do Estado. Mas já que o governo possui a maioria nesta Casa, já que o governo irá cumprir com a sua louca vontade de se desfazer desse patrimônio, então que se desfaça da melhor maneira para o povo do Paraná e não da maneira assodada e irresponsável como está fazendo em relação ao Banco do Estado do nosso Paraná.

Hoje a imprensa divulga o valor patrimonial do Banestado - aproximadamente 430 milhões vale o Banestado hoje, segundo informações prestadas pelo governo à imprensa. 430 milhões é o valor do Banco do Estado do Paraná. Supomos que, senhores deputados, a instituição que vier a comprar o Banestado pague um ágio de 50%. O Banco do Estado do Paraná será vendido por 600, 650 milhões de reais, no máximo 700 milhões de reais. Segundo as contas que possuímos aqui e aí é que não conseguimos entender o cálculo do governo do Paraná - só a permanência das contas do governo do Estado por durante cinco anos na instituição que vier a comprar o Banestado vai ocasionar um lucro de um bilhão e quinhentos milhões de reais, um bilhão e quinhentos milhões de reais de lucro para a instituição que vier a comprar o Banco do Estado do Paraná.

Ora, que negócio é este que o governo quer fazer? Vende-se um patrimônio nosso, vende-se um patrimônio do povo do Paraná por 600, 700 milhões para uma empresa que em cinco anos, só com as contas do governo terá um lucro de um bilhão e quinhentos milhões de reais e isto sem dizer, senhores deputados, segundo os boletins financeiros do Banco do Estado do Paraná só no primeiro trimestre deste ano o banco do Estado deu um lucro de 160 milhões de reais, mais de 50 milhões por mês. Quer dizer, se deu 160 milhões de lucro num trimestre dará mais de 600 milhões de lucro no exercício no ano e é o que o governo vai arrecadar com a venda do Banco do Estado do Paraná. É um negócio que não entendemos e não compreendemos. É por isso, senhor presidente, que nós da Oposição vamos votar contra qualquer atitude, qualquer desejo, qualquer indicação de obrigar que as contas do governo do Paraná permaneça na instituição financeira que for herdeira do Banco do Estado a partir da hora em que ganhar o leilão. Iremos votar contra, não obedecendo um princípio pragmático, ou dogmático, mas por uma questão de cálculo, soma e diminuição. ora, um negócio como esse não se justifica nem no Paraná, nem na China, nem em lugar nenhum, o presente que o governo do Paraná quer dar para alguns empresários afortunados, ou daqui ou de outro Estado, ou de outro país.

Fica aqui manifestado a posição clara das oposições nesta Assembléia, queremos defender os interesses do povo do Paraná, queremos zelar pelo dinheiro do povo, queremos que o governo, se tiver que vender o

Banco do Estado, contra a nossa vontade, mas então faça um bom negócio; não faça um negócio ruim para o povo, bom para meia dúzia, bom não sei para quem, mas ruim para a população do nosso Estado, ruim para o nosso trabalhador, como é ruim para os funcionários do Banco do Estado do Paraná.

Quero deixar claro aqui, senhor presidente, de uma vez por todas a nossa posição, não é uma posição sistemática de oposição, como eu disse, nem pragmática, muito menos dogmática; é uma posição de número, de cálculo. E para nós está muito claro que sabemos somar e sabemos que, aliás, que um bilhão e quinhentos milhões é bem maior do que quinhentos, seiscentos ou setecentos milhões.

Ao finalizar, senhor presidente, queremos aqui pedir, queremos saber se o governo sabe qual o valor médio diário disponível financeiro que o adquirente do Banco do Estado terá? Qual o valor médio da folha de pagamento do funcionalismo do Estado do Paraná que será depositado nessa instituição financeira? Se o governo Jaime Lerner já estabeleceu um paralelo entre o preço mínimo ofertado e a rentabilidade das obrigações junto ao novo comprador do Banco do Paraná? Senhor presidente, ao finalizar aqui quero dizer que ontem vi na imprensa que o governador Jaime Lerner irá viajar ao exterior novamente, irá cumprir a sua 37ª viagem ao estrangeiro, quase quatro dezenas de viagens ao exterior, trinta e sete viagens em cinco anos e oito meses como governador do Paraná, perfazendo, senhores deputados, trezentos e um dias em viagens ao exterior. Nos preocupa o motivo da viagem do governador, segundo a imprensa essa Mensagem não chegou na Assembléia ainda, para dar uma palestra do Estado de New York para falar numa organização não governamental.

Ora, enquanto aqui no Paraná o circo pega fogo, enquanto o governo entrega o Banestado, enquanto os agricultores sofrem pela geada e enquanto estoura o escândalo de leasing, trezentos e quarenta e três milhões de reais, o escândalo da Copel, cem milhões de reais, noventa milhões de reais, mal explicados, em um negócio escandaloso. As obras paralisadas pelo Paraná. A polícia sem combustível para fazer frente à marginalidade. O funcionalismo público sem aumento. O governador parte em viagem, para o exterior, para dar uma palestra em Nova Iorque. Lá, em New York, senhor presidente, em uma Organização Não Governamental - uma viagem importante, fundamental.

Imagino, que nestes meses, em que a Oposição tem procurado cobrar responsabilidade, em relação às viagens do governador, quanto sofrimento o governador Jaime Lerner tem passado, por não poder fazer as suas viagens com mais frequência, não ao interior do Paraná, porque para o interior ele não vai, mas para o estrangeiro, para Nova Iorque, Orlando, Miami, Inglaterra, Paris e outros lugares, que eu nem conheço, que nem sei que existe no Mapa Mundi.

Quero, aqui, também, concluindo o meu pronunciamento, deixar patenteado o nosso inconformismo e repúdio a mais essa viagem de peregrinação, de turismo, do governador Jaime Lerner ao exterior. Só, espero, senhor presidente, que não seja com o dinheiro do povo do Paraná, esse povo que sofre e padece. Só espero que as despesas do governador sejam do bolso dele e não do povo sofrido do nosso Estado, porque estamos cansados com essa situação de irresponsabilidade desse governo que, infelizmente, faltam dois anos e pouco para concluir o seu governo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PFL; PSDB; PTB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 135/2000, subscrito pelo senhor governador do estado, constante do expediente, comunicando seu afastamento do País, nos próximos dias 22 e 23, com destino à Argentina, a fim de, em Rozário, Província de Santa Fé, participar como expositor do “II Pré-Colóquio 2000”, no instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina, IDEA, ocasião em que serão também, tratados assuntos ligados ao Mercosul. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1553, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 056/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que cria o Pólo Eletromecânico e Moveleiro no Extremo Oeste do Paraná, liderado pelo município de Medianeira, e dá outras providências. **Aprovado.**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 626/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Criança e do Adolescente no município de Medianeira. **Aprovado.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 627/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Medianeira. **Aprovado.**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 192/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de São Pedro do Iguaçu, imóvel que especifica. **Aprovado.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública o centro Jovem de Combate as Drogas, Cejocomd, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/2000, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 014/2000, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Organização Mundial da Família, o imóvel situado nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que altera a redação do artigo 1º, *caput*, da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 69, de 15.06.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 324/99

P A R E C E R :

De iniciativa do deputado Ricardo Maia o presente projeto de lei visa alterar o artigo 1º da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996, que assevera:

“As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná (IES), ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar até 20% (vinte por cento) da receita decorrente, a título de pro-labore, aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades”.

Em sua justificativa, o ilustre Parlamentar salienta que “ao limitar esse repasse em 20% da receita decorrente, a Lei... conquanto eivada das mais salutares intenções, culminou por restringir excessivamente e comprometer a motivação dos servidores”.

Extremamente meritória a indicação do Parlamentar que entretanto, para atingir o objetivo designado merece emenda para dizer:

“Art. As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita decorrente, dentro dos limites e parâmetros que forem estabelecidos pelas próprias Instituições, a título de pro-labore aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades”.

Da análise sob o prisma constitucional, nada há que obsta a regular tramitação do Projeto de Lei. Parecer Favorável, nos termos do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 324/99

Art. 1º - O *caput* do artigo 1º da Lei Estadual nº 11.500, de 05 de agosto de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - As Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Estado do Paraná ficam autorizadas a prestar serviços e/ou produzir bens para terceiros e repassar parte da receita decorrente, dentro dos limites e parâmetros que forem estabelecidos pelas próprias Instituições, a título de pro-labore aos servidores que efetivamente participarem das referidas atividades”.

Art. 2º - O artigo 4º da referida lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º - As IES regulamentarão o repasse dos valores a que se refere esta lei, por meio de ato normativo aprovado nos termos de seus respectivos estatutos e regimentos e demais condições legais”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos senhores deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, com apoio do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando o adiamento por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 324/99. **Não recebido pela Mesa.**

Esta Presidência deixa de receber o requerimento porque o projeto encontra-se em Regime de Urgência.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/2000, que dispõe que os cargos de provimento em comissão de que trata o Art. 2º. “*In Fine*”, da Lei nº 9.147, de 15 de dezembro de 1989, considerada a redução quantitativa decorrente do Art. 2º, da Lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam sob o mesmo símbolo de remuneração, a ter a denominação de “Assessor Administrativo”. COM PARECERES DAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F. COM EMENDA DA C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovada (Publ. no D.A. nº 095, de 02.08.2000 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 237/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo dispor que os cargos de provimento em Comissão de que trata o Art. 2º, *In Fine*, da Lei nº 9.147, de 15 de dezembro de 1989, considera a redução quantitativa decorrente ao Art. 2º da lei nº 10.251, de 09 de fevereiro de 1993, passam sob o mesmo símbolo de remuneração, a ter a denominação de “Assessor Administrativo”.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 237/2000

O parágrafo único do presente projeto de lei passa a vigorar como parágrafo 1º e inclui-se parágrafo 2º, com a seguinte redação:

Art. 1º - ...

§ 1º - Mediante decreto de chefe do Poder Executivo, serão redefinidas as atribuições dos cargos

referidos no *caput* deste artigo e fixadas as respectivas lotações, na razão de até 70% na Secretaria de Estado da Educação e dos restantes na Secretaria de Estado do Governo.

§ 2º - Dentre as exclusões constantes do artigo 7º da Lei 11.071/95, ficam acrescentadas as vantagens previstas nos artigos 91 e 92 da Lei nº 7.051/78.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 237/2000

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 016/2000, o presente plano de lei dispõe que os cargos de provimento em comissão de que trata o art. 2º *in fine*, da Lei nº 9.147/89, considerada a redução quantitativa decorrente do art. 2º, da Lei nº 10.251/93, passam sob o mesmo símbolo de remuneração, a ter a denominação de “assessor administrativo”.

Fundamentação

Passou o projeto pela análise da Comissão de Constituição e Justiça que expressou nada encontrar que impeça sua normal tramitação, recebendo desta emenda aditiva.

Conclusão

Chamada esta comissão para se manifestar, conforme lhe outorga o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 33, § 3º, posiciona-se favoravelmente ao projeto de lei em tela com a Emenda Aditiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.08.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/2000. Fica instituído o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação e/ou a recuperação do meio ambiente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 256/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

Art. 2º - Constituem recursos do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA:

I - dotações orçamentárias do Estado;

II - dotações orçamentárias da União e dos municípios;

III - produto das multas administrativas e sanções judiciais por infrações às normas ambientais, bem como os valores decorrentes de condenações em ações civis públicas disciplinadas pela Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, relativas a questões ambientais;

IV - rendimento de qualquer natureza derivado de aplicação de seu patrimônio;

V - recursos provenientes de ajuda e/ou cooperação internacional e de acordos entre governos na área ambiental;

VI - receitas resultantes de doações, legados contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

VII - outras receitas eventuais que lhe forem destinadas por lei, regulamento, acordo ou convenção.

§ 1º - Os recursos financeiros previstos no *caput* deste artigo serão depositados em instituição financeira oficial do Estado, em conta denominada “Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA”.

§ 2º - As pessoas físicas ou jurídicas que fizerem doações ao Fundo Estadual do Meio Ambiente -FEMA poderão gozar de benefícios relativos aos impostos estaduais, conforme dispuser a legislação.

Art. 3º - O Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA será administrado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 4º - Os recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA deverão ser aplicados através de órgãos públicos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios bem como de entidades privadas sem fins lucrativos, cujos objetivos estejam em consonância com aqueles estabelecidos no artigo 1º.

Art. 5º - Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA em planos, programas ou projetos relativos a: educação ambiental, controle e monitoramento ambiental, recuperação ambiental, proteção dos recursos hídricos, conservação da biodiversidade, unidades de conservação, desenvolvimento florestal, pesquisa, desenvolvimento tecnológico,

desenvolvimento institucional, desenvolvimento de políticas públicas ambientais, instrumentos e meios legais e econômicos, assim como em despesas correntes pertinentes a atividades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e do Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 6º - Os programas de aplicação dos recursos financeiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA serão revistos periodicamente, de acordo com os princípios e diretrizes das Políticas Nacional e Estadual do Meio Ambiente.

Art. 7º - O saldo positivo do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA apresentado em balanço anual será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 8º - As prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA serão analisadas por auditores independentes e submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para operacionalização do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA e do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID, baseado em programas de trabalho, estimando as receitas e fixando as despesas para os exercícios de 2000 e 2001.

Art. 10 - O Poder Executivo aprovará por Decreto a regulamentação do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 11 - O § 1º do artigo 1º e o inciso IV do artigo 3º da Lei Estadual nº 11.987, de 05 de janeiro de 1998, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

§ 1º - O FEID, instrumento de natureza contábil, gerido por um Conselho Estadual, tem como finalidade a prevenção e a reparação dos danos causados ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos”.

Art. 3º - ...

“IV - promover atividades e eventos que contribuam para divulgação da cultura, da proteção do consumidor da livre concorrência, do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico e de outros interesses difusos e coletivos”.

Art. 12 - Os recursos recolhidos ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos - FEID, originários de quaisquer sanções por danos ao meio ambiente e os destinados à proteção ambiental, já recolhidos ou não, serão

repassados ao Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA - ora instituído.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.2000.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 256/2000

P A R E C E R :

A Mensagem Governamental nº 17/2000 autuada sob nº 256/2000 e enviada para a apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça propõe instituir o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, tendo em vista o disposto no inciso III, do § 1º, do artigo da Constituição Estadual, e no artigo 10 da Lei 10.066/92, com redação da Lei nº 11.352/96.

A instituição do Fundo Estadual do Meio Ambiente tem por objetivo concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos destinados ao controle, conservação e a recuperação do meio ambiente.

Com a criação deste Fundo, recursos provenientes de diversas fontes, tais como as multas administrativas, valores resultantes de condenações em ações civis públicas, conforme prevê a Lei de Responsabilidade por Danos ao Meio Ambiente (Lei 7347/85), compensações financeiras constitucionais (artigo 2º, § 1º da Constituição Federal, Lei Complementar 59/91 e 67/93), etc., poderão ser nele concentrados, desvinculados dos demais recursos que compõe o Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FEID), previsto na Lei 7345/85, cujos artigos 1º, §1º e artigo 3º, inciso IV, deverão ter a sua redação alterada para efeito de excluir a expressão “meio ambiente” conforme propõe a mensagem em seu artigo 11.

Analizada a proposição em face da Constituição e da legislação pertinente ao meio ambiente constata-se sua harmonia com os ditames vigentes, não obstante, do seu texto - artigo 8º - há 10066/92, com redação da Lei 11352/96, presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró, tem por objetivo declarar Utilidade Pública, o Centro Jovem de Combate as Drogas - CEJOCOMD, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO

PROJETO DE LEI Nº 256/2000

A presente emenda suprime da redação original artigo 8º do Projeto de Lei nº 256/2000, a expressão “analisadas por auditores independentes”, conforme segue:

“Art. 8º - As prestações de contas dos recursos repassados pelo Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA serão submetidas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná”.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 256/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 017/2000, que institui o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, com a finalidade de concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente.

Sobre a matéria constatamos a existência de Parecer Favorável com emenda da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o artigo 33, § 3º, do Regimento Interno, podemos constatar que não existe nada que impeça sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim emitimos nosso Parecer Favorável, inclusive com a Emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.08.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 1547, 1548, 1549 e 1550, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1551, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1552, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1554, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1556, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1557, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1558, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 360, 632, 656/99 e 217/2000.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 342, 553/99, 115, 237 e 256/2000; e do Projeto de Resolução nº 015/2000.

Levanta-se a sessão.